ATA Nº 09 - REUNIÃO DO CONSELHO DA UNIDADE DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS.

Aos vinte e três do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis às 10 horas, nas dependências do Centro de Ciências Jurídicas, sala 405 reuniu-se o Conselho da Unidade/CCJ, em reunião ordinária, com a presença dos seguintes membros natos: Dr. Ubaldoo Cesar Balthazar (Diretor), Dr. José Isaac Pilati (Vice-Diretor) e Dr. Claudio Ladeira de Oliveira (chefe do Depto de Direito) Dr. Rogério Portanova (Representante do Conselho Universitário), Dr. Arno Dal Ri Júnior (Coordenador do Curso de Pós-Graduação), Dr. Humberto Vecchio (Coordenador do Curso de Graduação), Dr. Orides Mezzaroba (Coordenador de Pesquisa), Dr. Aires José Rover (Coordenador de Informática), Grazzielly Alessandra Baggenstoss (Coordenadora de Extensão) e os representantes eleitos Dr. Eduardo Antonio Temponi Lebre, Profa. Heloisa Maria Sobierajski, TAE Nelson Winckler (titulares) Esp. Eduardo Mello e Souza (suplente), e os discentes Murillo Preve C. de Oliveira, Aline Amábile Zimmermann, Marco Antonio Ferreira Pascoal (titulares); Justificada a ausência do conselheiro Prof. Dr. Evertton das Neves Gonçalves, em razão de sua participação no XVI Colóquio Internacional de Gestão Universitária em Arequipa/Peru. Registra-se a presença do advogado José Augusto Medeiros, que acompanhou a sessão a partir do processo da profa. Dra. Danielle Annoni, do qual é Procurador. Aberta a sessão e constatado quórum, seguiu-se a ordem do dia: 1) Aprovação da Ata do dia 19/10/2016. Aprovada por unanimidade. Na sequência o Presidente da sessão solicitou aos conselheiros autorização para inversão da pauta, e inclusão de três processos relativos à progressão funcional, o que obteve aprovação. Assim, a numeração da pauta foi acrescida e sua ordem alterada e analisada conforme a sequência ora descrita.

sentido de que a questão maior é o código de vaga. Em relação ao parecer da Profa. Olga Maria, reafirmou que quanto ao argumento do núcleo familiar, tal questão encontra-se sanada, haja vista que o Departamento de Direito aprovou seu exercício provisório naquela IES, resolvendo o quadro familiar. Alertou ainda que o Depto de Direito ficou com defasagem em relação ao número de docentes efetivos. Lembrou que o exercício provisório de uma professora muito conceituada valoriza a instituição receptora, enquanto que a UFSC permaneceria com professor substituto a cada semestre, o que ocasiona um descompasso entre as Instituições. Reforçou ainda que a redistribuição do Prof. Dr. Marcos Wachowicz foi voluntária, ocorreu a pedido e não por interesse da Administração pública, havendo à época a troca de código de vaga. Prof. Orides Mezzaroja enfatizou seu discurso afirmando que sente-se desconfortável com a situação considerando sua relação de amizade com os envolvidos. Em linhas gerais, deve-se utilizar o bom senso, não esquecendo as normas administrativas. Ratificou que o parecer do Prof. Dr. Humberto Vecchio foi plausível no sentido de que o Conselho da Unidade não tem competência para decidir sobre a remoção. Afirma ter conversado com o Prof. Ricardo Fonseca, atual reitor da UFPR, que na ocasião atuava como Diretor da Faculdade de Direito/UFPR, tendo este comunicado que não havia código de vaga para conceder a UFSC. Ato contínuo, o Prof. Eduardo Melo ponderou sobre a questão da autonomia universitária citada no parecer do Prof. Eduardo Lebre, tendo afirmando que esta autonomia não é plena. Em suas palavras a UFSC tem autonomia em relação às questões de ordem didática, para representar em juízo, assinar convênios e outros. Entretanto, apresenta uma autonomia restrita em relação a gestão das demandas de pessoal e orçamento. Na sequência, o Presidente da sessão colocou em votação os três pareceres: a) Dr. Humberto (parecer inicial); b) Dra Olga Maria e c) Dr. Eduardo Lebre. O parecer inicial (do dia 19/10/2016), foi retirado, tendo o Prof. Humberto considerado que o parecer do Prof. Dr. Eduardo Lebre contempla quase em sua totalidade seu parecer. Assim foram submetidos à apreciação os dois pareceres de vistas (profa. Olga Maria e Prof. Eduardo Lebre) e por maioria dos votos o parecer de vistas do Prof. Dr. Eduardo Antonio Temponi Lebre foi aprovado. Assuntos Gerais: O Conselheiro Eduardo Antonio Temponi Lebre explicou que a área trabalhista e previdenciária é uma importante base curricular para o futuro dos alunos da graduação e se encontra prejudicada pela falta de concursos. Disse que foram muitas aposentadorias de docentes do Departamento de Direito nesta área, pelo menos uma meia dúzia nos últimos anos, com apenas a reposição de uma vaga de 20h por concurso há 3 anos, sendo que o docente aprovado encontrase licenciado, e há possibilidade de, no próximo semestre, ter somente um docente efetivo nesse segmento, considerando a possível licença maternidade da profa. Juliana Wulfing. Assim, solicitou fosse registrado em Ata seu pedido para que a próxima vaga de concurso seja na área trabalhista e previdenciária. Na sequência passou-se à ao item Apuração dos votos para a formação da lista tríplice para escolha dos cargos de Diretor e vice-Diretor. O Presidente da sessão solicitou ao Prof. Dr. Orides Mezzaroja para que procedesse a apuração dos votos, o que foi feito. Para o cargo de Diretor do Centro, votaram no escrutinio 16 conselheiros, tendo sido obtido o seguinte resultado: Dr. Arno Dal Ri Júnior/ 03 votos; Dra. Grazielly Alessandra Baggenstoss/01 voto; Dr. Ubal-
do Cesar Balthazar/11 votos. Registrou-se um voto em branco. E para o cargo de Vice-Diretor, votaram no escrutínio, 16 (dezesseis) conselheiros, obtendo-se o seguinte resultado: Eduardo Antonio Temponi Lebre/01 voto; Humberto Pereira Vecchio/02 votos; José Isaac Pilati/11 votos. Registrou-se dois votos em branco. Proclamados os resultados, o Prof. Dr. Orides Mezzaroba, Presidente da Comissão anunciou a composição da lista tríplice para o cargo de Diretor: 1º lugar: Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar; 2º lugar: Dr. Arno Dal Ri Júnior; 3º lugar: Dra. Graziellely Alessandra Baggenstoss, e para o cargo de Vice-Diretor: 1º lugar: Dr. José Isaac Pilati; 2º lugar: Dr. Humberto Pereira Vecchio e em 3º lugar: Eduardo Antonio Temponi Lebre. A representante discente, Amable Zimmermann, solicitou registro em Ata quanto aos procedimentos para a escolha da lista tríplice, em suas palavras é um “absurdo” que a reitoria considere a chapa mais votada na consulta informal, na categoria discente. O Presidente da Comissão, Prof. Dr Orides Mezzaroba, e demais conselheiros explicaram que o procedimento de inscrição para compor a lista tríplice é público, através de edital, cujas inscrições obedecem ao ritual estabelecido na legislação universitária e que todos os docentes poderiam ter feito a inscrição. A legislação federal exige uma lista tríplice para a escolha dos direitores máximos da universidade, elaborada em votação uninominale, em Conselhos Superiores, no caso o Conselho Universitário para ser submetido ao Presidente da República e que tal procedimento é seguido também no âmbito local, na escolha dos diretores dos Centros de Ensino da UFSC. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual eu, Rosangela Alves, Coordenadora de Apoio do Centro de Jurídicas, designada pela Portaria 1.093/GR/2016, lavrei a presente ata que será assinada na forma regulamentar.